



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional de Oliveira

Parecer Técnico IEF/NAR OLIVEIRA nº. 8/2022

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2022.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: BIOSEV S.A.	CPF/CNPJ: 15.527.906/0029-37
Endereço: VILA LUCIÂNIA, CAIXA POSTAL-10	Bairro: ZONA RURAL
Município: LAGOA DA PRATA	UF: MG
Telefone: (37) 3261-9372	CEP: 35.590-000
E-mail: ellen.alves@biosev.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: GERALDO AUGUSTO DE LIMA	CPF/CNPJ: 054.571.226-20
Endereço: RUA XINGU, 134	Bairro: ALTO SANTA LUCIA
Município: BELO HORIZONTE	UF: MG
Telefone: (37) 3261-9372	CEP: 30.360-690
E-mail: ellen.alves@biosev.com	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: ESTÂNCIA SÃO LUIS	Área Total (ha): 253,4000
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 15.987	Município/UF: BOM DESPACHO-MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3107406-3E13.1FA8.66A6.411F.AB6B.2791.E965.1F90	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	230	un

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	230	un	23k	467800	7817965

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
AGRICULTURA	CANA-DE-AÇÚCAR	175,1384

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
CERRADO			

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		104,3254	m³
Madeira de floresta nativa		7,4138	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 21/12/2021

Data da vistoria: 24/02/2022

Data de solicitação de informações complementares:

Data do recebimento de informações complementares:

Data de emissão do parecer técnico: 25/02/2022

A vistoria foi realizada de forma remota de acordo com Resolução SEMAD, IEF Nº 3102/2021.

2. OBJETIVO

É objetivo de esse parecer analisar a solicitação para intervenção ambiental para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em uma área antropizada de 175,1384 ha. com objetivo de implantação de lavoura de cana-de-açúcar.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado Estância São Luiz, localiza-se no município de Bom Despacho, registrado no cartório de registro de imóveis deste município sob os nº 15.987, possui uma área total de 253,400 ha e que correspondem a 7,24 módulos fiscais.

A propriedade é composta por áreas de vegetação nativa e agricultura.

Existe uma nascente e um curso d'água com barramentos que abastecem o imóvel. A APP está parcialmente preservada com trechos de vegetação nativa e outros de uso agrícola consolidado.

A propriedade está inserida no Bioma Cerrado e pertence à bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3107406-3E13.1FA8.66A6.411F.AB6B.2791.E965.1F90

- Área total: 253,4000 ha

- Área de reserva legal: 51,4400 ha

- Área de preservação permanente: 6,6100 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 253,4000 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

() A área está preservada: 78,5059 ha

() A área está em recuperação: xxxxx ha

(X) A área deverá ser recuperada: 51,4400 ha

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

Será implantado um PTRF na área de reserva legal afim de compensar o corte de indivíduos de pequi e ipê, o que favorecerá a melhoria e recuperação da área.

A área de reserva legal não está computada em APP, assim como se possui o mínimo exigido por Lei.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A requerente solicita o corte ou aproveitamento de 230 árvores isoladas nativas em uma área de 175,1384 ha., cuja finalidade é ampliação da área de agricultura na propriedade.

As árvores estavam espalhadas em área de plantio de cana-de-açúcar e o corte se faz necessário para facilitar a mecanização da colheita do produto.

As espécies levantadas foram: jacarandá do campo, jatobá, gonçalo alves, ipê amarelo, mamica de porca, pequi, sucupira preta, entre outras.

Foram levantados 14 indivíduos de ipê amarelo e 19 de pequi, espécies de proteção especial.

Além destas, não foram levantadas nenhuma espécie listada como vulnerável ou ameaçada de extinção na Portaria MMA nº 443/2018.

A área requerida apresenta relevo plano, com baixo risco de erosão se for bem manejado.

Taxa de Expediente: R\$ 1183,20

Taxa florestal: R\$ 579,77 (lenha) e R\$ 273,62 (madeira).

Todas as taxas foram pagas dia 16/12/2021

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23119362

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: muito baixa

- Prioridade para conservação da flora: muito baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: nenhuma

- Unidade de conservação: nenhuma

- Áreas indígenas ou quilombolas: nenhuma

- Outras restrições: nenhuma

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: G-01-03-1

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Dispensa

- Número do documento:

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria na área foi realizada de forma remota no dia 24/02/2022, utilizando-se de recursos tecnológicos disponíveis para acesso remoto. Foi analisado o requerimento de autorização para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, em especial utilizando o software Google Earth, TrackMaker, Plataforma Web SCCON - Programa Brasil MAIS, IDE Sisema e Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.

Na propriedade existem áreas antropizadas com agricultura e pecuária que já ocorre a muitos anos. A vegetação nativa compõem um pequeno trecho da APP.

Pudemos conferir a presença das árvores isoladas requeridas. A retirada destas não causará impacto significativo no local, pois a área já é composta por agricultura.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: plana

- Solo: Latossolos Vermelhos

- Hidrografia: Microbacia do Córrego da Extrema, Rio do Picão, pertencentes à Bacia do Alto São Francisco

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Cerrado

- Fauna: Não observada

4.4 Alternativa técnica e locacional: não se aplica

5. ANÁLISE TÉCNICA

O plano de utilização pretendida apresentado pela empresa solicita o corte das árvores isoladas para ampliação da área de agricultura da propriedade com plantio de cana-de-açúcar.

As árvores isoladas estão em área já utilizada com agricultura há muitos anos.

Não existe nenhuma espécie listada na Portaria MMA nº 443/2014.

Existem 19 árvores de pequi, que serão compensadas com o plantio de 50 mudas e pagamento de 900 Ufemgs (50% plantio e 50% pagamento).

Para compensação das árvores de ipê, serão plantadas 35 mudas e pagamento de 700 Ufemgs (50% plantio e 50% pagamento)

O plantio será feito nas áreas de APP e reserva legal da propriedade.

Desta forma, estarão cumprindo as exigências legais.

O volume estimado pelo corte das árvores foi de 104,3254 m³ de lenha nativa e de 7,4138 m³ de madeira nativa.

Tendo em vista as características acima apresentadas, entende-se que a intervenção requerida é passível de autorização, sendo esta intervenção de grande importância para a continuidade do empreendimento.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Não haverá impacto significativo uma vez as árvores já foram suprimidas.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Fica dispensado.

7. CONCLUSÃO

*Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de corte de árvores isoladas nativas vivas em uma área de 175,1384 ha, localizada na propriedade Estância São Luis, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado uso interno no imóvel e ou comercialização.*

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

- Efetuar o plantio das mudas de ipê e pequi nas áreas de preservação permanente e reserva legal conforme apresentado no PUP.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: não se aplica

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório após a implantação do projeto indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratamentos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	30 dias
2	Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio. Informar quais os tratamentos silviculturais adotados no período e a necessidade de intervenção no plantio.	Anualmente até conclusão do projeto
3		
4		
...		

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Marcela Cristina de Oliveira Mansano**

MA SP: **1.146.608-3**

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MA SP:



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Cristina de Oliveira Mansano, Gerente**, em 25/02/2022, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42789686** e o código CRC **D534433D**.